

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Virginia Glashorester Furrati

GESTÃO AMBIENTAL EM ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Porto Alegre

2012

Virginia Glashorester Furrati

GESTÃO AMBIENTAL EM ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Professor Orientador: Dr. Pedro de Almeida Costa

Porto Alegre

2012

Virginia Glashorester Furrati

GESTÃO AMBIENTAL EM ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR DA
CIDADE DE PORTO ALEGRE

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Conceito final: B

Aprovado em : 05/07/2012

BANCA EXAMINADORA

Prof.

Pedro de Almeida Costa

Prof.

Ana Maria Mercedez

Porto Alegre

2012

RESUMO

Tendo como problema de pesquisa avaliar se organizações do Terceiro Setor que participaram do *Projeto Desenvolvimento de Princípios de Transparência e Prestação de Contas em Organizações da Sociedade Civil* estão ou não fazendo sua parte na preservação dos recursos naturais de que se utilizam e como isto acontece, o presente trabalho, que teve como método a Pesquisa Exploratória, foi realizado através de questionário, enviado à totalidade da população participante do projeto. O objetivo geral foi verificar como as ONGs participantes do projeto *Desenvolvimento de Princípios de Transparência e Prestação de Contas em Organizações da Sociedade Civil* tratam o tema da Gestão Ambiental. Os objetivos específicos são: (1) verificar se as ONGs pesquisadas realizam processos de Gestão Ambiental e quais são eles; (2) identificar as razões para a adoção ou para a não adoção da Gestão Ambiental pelas mesmas; (3) quais benefícios ou prejuízos a adoção de atividades de preservação ambientais geraria para as mesmas; e (4) se existe o interesse das organizações em adotarem novos processos ambientalmente sustentáveis. O referencial teórico do trabalho apresentou os conceitos de Gestão Social, Terceiro Setor, Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental. Os resultados obtidos no questionário foram avaliados com base na teoria apresentada e indicam que as organizações ainda não estão aplicando muitas ações de gestão ambiental e os gestores possuem conhecimento limitado do assunto, porém existe consciência da importância do tema e interesse em incorporar atividades de sustentabilidade ambiental.

Palavras-chave: Gestão Ambiental, Terceiro Setor, Gestão Social, Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

With the research problem of evaluate whether third sector organizations who participated in the Project Development of Principles for Transparency and Accountability in Civil Society Organizations are or are not doing their part in the preservation of natural resources and how this happens, this work, which has as method the exploratory research was conducted through a questionnaire sended to the entire population that has participated in the project. The overall objective was to determine how NGOs that has participated in the project Development of Principles for Transparency and Accountability in Civil Society Organizations are treating the subject of Environmental Management. The specific objectives are: (1) verify if the NGOs surveyed are conducting Environmental Management processes and which ones are they, (2) identify the reasons for adopting or not adopting the Environmental Management in the organization, (3) what benefits or losses the adoption of environmental preservation activities could generate for them, and (4) whether there is interest in adopting new environmentally sustainable processes. The theoretical work presented the concepts of Social Management, Third Sector, Sustainable Development and Environmental Management. The results obtained in the questionnaire were evaluated based on the theory presented and indicate that organizations are not conducting enough environmental management actions and managers have limited knowledge of the subject, but there is awareness of the importance of the topic and interest in incorporating environmental sustainability activities .

Keywords: Environmental Management, Third Sector, Social Management, Sustainable Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Organizações por Porte -----	27
Gráfico 2 – Organizações por data de fundação -----	27
Tabela 1 – Organizações por cidade -----	28
Gráfico 3 – Atividades ambientais realizadas pelas organizações -----	29
Gráfico 4 – Realização de Reciclagem -----	30
Gráfico 5 – Uso de Produtos Reciclados -----	30
Gráfico 6 – Realização de Atividades Educativas de Caráter Ambiental -----	30
Gráfico 7 – Prevenção de Impactos Ambientais -----	31
Gráfico 8 – Outras Atividades Ambientais -----	31
Gráfico 9 – Visão da Gestão Ambiental -----	32
Gráfico 10 – Análise de Frases: Compatibilidade -----	33
Gráfico 11 – Previsão Futura -----	34
Gráfico 12 – Análise de Frases: Futuro -----	34
Gráfico 13 – Análise de Frases: Doações e Parcerias -----	35
Gráfico 14 – Análise de Frases: Imagem -----	36
Gráfico 15 – Análise de Frases: Influência de Ações Individuais -----	36
Gráfico 16 – Conhecimento -----	37
Gráfico 17 – Benefícios do Conhecimento -----	37

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. REFERÊNCIAL TEÓRICO.....	12
2.1 GESTÃO SOCIAL.....	12
2.1.1 Organizações do Terceiro Setor	13
2.2 GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	15
2.2.1 Histórico do Desenvolvimento Sustentável.....	16
2.2.2 A Gestão Ambiental	17
2.3 GESTÃO AMBIENTAL NO TERCEIRO SETOR.....	21
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	22
3.1 MÉTODO ESCOLHIDO E JUSTIFICATIVA.....	22
3.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	23
3.3 APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA	24
3.4 ANÁLISE DOS DADOS	24
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	26
4.1 APRESENTAÇÃO.....	26
4.2 PRÁTICAS DE GESTÃO AMBIENTAL IDENTIFICADAS NAS ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES	28
4.3 BENEFÍCIOS DA GESTÃO AMBIENTAL.....	31
4.4 OPORTUNIDADES.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO	43

1. INTRODUÇÃO

A gestão sócio-ambiental é uma disciplina que tem recebido destaque crescente. Desde a revolução industrial, o papel das empresas na sociedade tem sido basicamente o de atender as necessidades dos shareholders, principalmente os acionistas e seus equivalentes. Nos últimos anos, diversos autores abordaram o pressuposto de que as organizações deveriam fazer mais do que apenas gerar lucro, incentivando também o crescimento local e preservando os recursos naturais dos quais se utiliza. Mais do que apenas um papel econômico, as organizações também devem ter uma preocupação social e ambiental.

Empresas que consideram questões ambientais na sua estratégia estão em sintonia com o que o mercado vem indicando, o que traz grandes vantagens competitivas (os governos de diversos países vêm se tornando cada vez mais rígidos em suas legislações e os cidadãos cada vez mais conscientes dos impactos ambientais), além de possíveis reduções de custos através de melhor aproveitamento de recursos, em especial os não-renováveis. A tendência é que todo investimento na área acabe se tornando lucrativo no médio ou longo prazo (TACHIZAWA E ANDRADE, 2008). Gestão ambiental não é uma área restrita a ecologistas e ambientalistas, ou mesmo uma atividade puramente filantrópica, e sim algo que gera resultados positivos a todos os envolvidos, incluindo benefícios financeiros.

Quando se fala em organizações, não podemos nos limitar às empresas com fins lucrativos: além delas há também as organizações públicas e as organizações sem fins lucrativos – também chamadas de Organizações Não-Governamentais (ONGs). Estas últimas fazem parte do chamado Terceiro Setor. Segundo Silva (2008, p.19) “[...] o Terceiro Setor engloba um conjunto de organizações sociais sem fins lucrativos presentes na sociedade, com uma atuação voltada ao atendimento das necessidades de segmentos da população”. Ele ainda destaca que “[...] as entidades que o compõem desempenham um papel social e são criadas a partir da sociedade civil.”. O conceito engloba todas as organizações não-lucrativas e não-governamentais, como as instituições de caridade e religiosas, as que organizam atividades filantrópicas, etc.

Existe uma divergência de opiniões entre os diferentes teóricos de qual seria especificamente o campo de ação das organizações do terceiro setor, o que faz com que o

conceito englobe um número muito grande de organizações bastante díspares entre si. Hudson (1999, apud Silva 2008), classifica essas organizações segundo sua área de atuação, sendo: *Organizações de Advocacia*, voltadas para a defesa de interesses; *Organizações de Caráter Técnico*, que fornecem informações, consultorias, entre outros, a grupos sociais para que eles adquiram as habilidades necessárias para se inserirem no mercado; e *Organizações Prestadoras de Serviços*, que atuam em áreas como educação, saúde, habitação, bem-estar social, geração de oportunidades de emprego, etc.

No Brasil, segundo Paes (2000, apud Silva, 2008), o movimento teria se iniciado com as ações filantrópicas promovidas pela Igreja Católica, a partir do século XVIII, com as Santas Casas de Misericórdia. Elas eram mantidas com doações de fiéis que julgavam o assistencialismo como uma boa maneira de pôr em prática os preceitos de sua religião. Apesar de seus antecedentes remontarem de séculos atrás, apenas em maio de 1998, através da lei 9637/98, é criada a qualificação de Organização Social, que pode ser concedida a empresas que firmam acordo com o governo para prestação de serviços públicos. Em março de 1999, através da lei 9.790/99, os parâmetros para enquadrar uma organização como OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - são estabelecidos. A denominação ONG, muito usada, não é prevista em lei; as organizações não-governamentais assumem personalidade jurídica como fundações ou associações.

Antes um setor não tão organizado, ligado principalmente à igreja e outras obras de caridade, o Terceiro Setor vem sendo profissionalizado nos últimos anos. Muitos estudos foram feitos, mas ainda se vê muitas técnicas utilizadas nas empresas com fins-lucrativos serem apenas transportadas para aquelas com finalidade social. Como seus objetivos finais não são os mesmos, muitas vezes essa transposição pode gerar mais problemas do que benefícios. Tachizawa (2004, apud Silva, 2008) ressalta que a gestão de uma organização sem fins lucrativos, apesar de guardar algumas semelhanças com relação a procedimentos, muitos com origem nas leis, é bem diferente da gestão de uma empresa que visa o lucro. A co-gestão assume um papel importante, devido ao fato da organização buscar um bem comum com suas ações.

Comumente, cada organização se preocupa apenas com a sua atividade fim, ignorando possíveis impactos ambientais gerados, que geralmente são de fácil minimização ou mesmo eliminação se um sistema de gestão ambiental for aplicado.

Existem algumas ONGs, tanto no Brasil como no mundo, de diversos portes, que

trabalham diretamente com a questão ambiental, como o Greenpeace, que é uma das ONGs mais ativas do planeta, a Fundação SOS Mata Atlântica e a World Wide Fund for Nature (WWF), que é a maior entidade conservacionista do mundo, com mais de 4,5 milhões de afiliados e tornou-se conhecida no Brasil graças a seu apoio ao projeto Mico-Leão Dourado (TACHIZAWA E ANDRADE, 2008, BARBIERI, 2007).

A ONG Parceiros Voluntários, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) realizou um projeto chamado “Projeto Desenvolvimento de Princípios de Transparência e Prestação de Contas em Organizações da Sociedade Civil”. O andamento do projeto foi acompanhado pelos professores do Programa de Pós-Graduação em Administração/PPGA, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS: Dr. Rosinha Machado Carrion (Coordenadora) e Dr. Pedro de Almeida Costa; com a colaboração de Claire Gomes dos Santos e Julia Lorenzetti, respectivamente, Doutoranda e Mestranda, do PPGA/UFRGS. Esta equipe de docentes e discentes da UFRGS foi chamada no projeto de *Equipe de Avaliação Externa* (CARRION et. al., 2010).

Segundo Carrion et. al. (2010), o Projeto *Desenvolvimento de Princípios de Transparência e Prestação de Contas em Organizações da Sociedade Civil* visou melhorar a profissionalização e qualificação dos processos de gestão das Organizações da Sociedade Civil, gerando clareza nas suas ações e conseqüente transparência. Foram realizadas capacitações com gestores das organizações envolvidas e posterior acompanhamento da aplicação e eficácia das práticas aprendidas.

Por se tratarem de organizações que tem como atividade fim o atendimento de fragilidades sociais, pressupõe-se que as organizações do Terceiro Setor deveriam ser mais ambientalmente conscientes do que as organizações capitalistas. Mas, devido ao fato de muitas delas ainda não terem processos de gestão bem estruturados, a gestão ambiental pode não estar recebendo a atenção que deveria. Este trabalho tem como questão de pesquisa avaliar se organizações do Terceiro Setor que participaram do *Projeto Desenvolvimento de Princípios de Transparência e Prestação de Contas em Organizações da Sociedade Civil* estão ou não fazendo sua parte na preservação dos recursos naturais de que se utilizam e como isto acontece.

Tendo em vista que o interesse em *compreender se e como organizações do terceiro setor incorporam o tema da gestão ambiental*, o objetivo geral do presente estudo é verificar como as ONGs participantes do projeto *Desenvolvimento de Princípios de Transparência e*

Prestação de Contas em Organizações da Sociedade Civil tratam o tema da Gestão Ambiental.

Os objetivos específicos são verificar se as ONGs pesquisadas realizam processos de Gestão Ambiental e quais são eles (1), identificar as razões para a adoção ou para a não adoção da Gestão Ambiental pelas mesmas (2), quais benefícios ou prejuízos a adoção de atividades de preservação ambientais geraria para as mesmas (3) e se existe o interesse das organizações em adotarem novos processos ambientalmente sustentáveis (4).

As respostas encontradas no estudo mostram como as organizações participantes da pesquisa incorporam o tema Gestão Ambiental em suas atividades. Organizações Não-Governamentais de diversos portes, atividades fim e data de fundação fazem parte do *Projeto Desenvolvimento de Princípios de Transparência e Prestação de Contas em Organizações da Sociedade Civil*, portanto oferecem um bom parâmetro de como outras organizações sociais em situação semelhante trabalham o tema. Futuramente, essas informações poderão servir para incentivar a adoção de Sistemas de Gestão Ambiental por Organizações Não-Governamentais que atualmente não realizam atividades de caráter ambiental, aumentando seu impacto positivo na sociedade através de uma atuação mais ampla e sustentável.

Os resultados serão divulgados para as ONGs participantes através de resumos e, em caso de interesse, poderá ser oferecido também o texto integral.

A estrutura do trabalho é composta, primeiramente, por um referencial teórico, o qual serve de base para a pesquisa realizada e para a análise dos resultados obtidos. Ele está dividido em três principais partes, uma tratando sobre gestão social e terceiro setor, outra sobre gestão ambiental e desenvolvimento sustentável e finalizando uma parte sobre a gestão ambiental em organizações sociais. Após, será apresentado o método de pesquisa utilizado e o porquê de sua escolha. Por fim, é apresentado um capítulo sobre os resultados obtidos na pesquisa e as Considerações Finais, com conclusões, recomendações e sugestões para trabalhos futuros.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

Nesta parte do trabalho será apresentada a bibliografia utilizada como referencia para elaboração e posterior análise da pesquisa.

2.1 GESTÃO SOCIAL

Para França Filho (2007), o termo gestão social ainda é muito vago e necessita de maior precisão conceitual, visto que comumente tudo que não se enquadra nos parâmetros da gestão tradicional (privada) é chamado de gestão social. O autor divide os tipos de gestão em três: *Gestão Tradicional*, *Gestão Pública* e *Gestão Social*.

A chamada Gestão Tradicional é a aquela praticada por empresas privadas com fins lucrativos e, segundo França Filho (2007), é aquela que apresenta sistemas técnico-metodológicos mais bem desenvolvidos, visto que os estudos administrativos dos últimos 100 anos foram voltados basicamente para ela.

Gestão Pública diz respeito ao modelo praticado pelas instituições do Estado, em todas suas diferentes instancias. A lógica utilizada é muito similar à do modelo tradicional, diferindo principalmente nos objetivos perseguidos, que no caso das empresas privadas com fins lucrativos é basicamente o lucro dos acionistas, enquanto nas organizações públicas é a prestação de serviços básicos à população (FRANÇA FILHO, 2007).

A Gestão Social seria aquela praticada pelas organizações que não se encontram nem na esfera do mercado nem na do Estado, embora muitas vezes trabalhem em parceria com os dois outros setores. Essas organizações, denominadas Organizações do Terceiro Setor, não buscam o lucro, utilizando o capital financeiro apenas como meio de financiamento de seus projetos, de cunho social (FRANÇA FILHO, 2007).

Segundo Tachizawa (2010), mais da metade das empresas (59% em 2000, segundo estudo do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) brasileiras realizam trabalhos sociais, em valores que representam 0,4% do Produto Interno Bruto Nacional. Nestes números, embora as grandes empresas tenham participação destacada, vemos corporações de todos os tamanhos, com iniciativas voltadas principalmente para a infância.

2.1.1 Organizações do Terceiro Setor

Segundo uma linha de interpretação, o Terceiro Setor surgiu para preencher o espaço de atuação não ocupado nem pelo Estado (Primeiro Setor) nem pelas organizações privadas comerciais e industriais (Segundo Setor) (TACHIZAWA, 2010). França Filho (2007), em outra linha de interpretação, salienta que as organizações do Terceiro Setor não têm aspecto substitutivo ao Estado, e sim vêm para complementar um trabalho que não deveria ser exclusivo deste, visto sua amplitude e complexidade.

Organização Não Governamental (ONG) não é um termo definido em lei, e sim um grupo de diferentes organizações voltadas a atividades sociais chamadas como tais por possuírem características comuns. Tachizawa (2010, pg. 5) afirma que “Organizações não governamentais (ONGS) são entidades de natureza privada (não públicas) sem fins lucrativos, que juridicamente são associações ou fundações.” Do universo de ONGs, cerca de 95% são registradas como associações civis sem fins lucrativos.

A partir da década de 1980 as ONGS, que anteriormente tinham ação majoritariamente local, passaram a expandir sua atuação, tanto geograficamente quanto em termos de representatividade social (TACHIZAWA, 2010).

Diversos grupos são atendidos pelo trabalho das organizações do Terceiro Setor, como associações, sindicatos, grupos religiosos e setores marginalizados da sociedade – portadores de deficiências físicas, moradores de rua, presos comuns, grupos étnicos diversos e mulheres (TACHIZAWA, 2010). O crescimento das ONGs que lidam com grupos sociais ainda não bem representados na sociedade marca e acompanha o crescimento da inclusão e da universalização da cidadania.

As ONGs operam, internamente, através de um órgão de natureza deliberativa – Assembléia Geral – e de um órgão de natureza decisória – diretoria. A diretoria pode ser exercida por uma única pessoa ou se dar na forma de um conselho, o que é mais indicado por ser mais democrático e plural. Já a Assembléia geral, obrigatória, é a instancia onde se toma decisões acerca de diretrizes gerais de funcionamento, bem como práticas, procedimentos e a própria eleição ou designação dos membros da diretoria (TACHIZAWA, 2010).

As ONGS possuem um papel educacional bastante expressivo, visto que boa parte delas publica periódicos, livros, cartilhas ou manuais, além das produções em áudio e vídeo

(TACHIZAWA, 2010).

Um dos pré-requisitos para uma ONG receber a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) é a existência de um Conselho Fiscal, que dispõe sobre sua criação e funcionamento (TACHIZAWA, 2010). Outra obrigatoriedade (segundo a Lei nº 9790/99) é atuar seguindo um ou mais dos seguintes objetivos:

- a) Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- b) Promoção da assistência social;
- c) Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- d) Promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata a lei;
- e) Promoção da segurança alimentar e nutricional;
- f) Promoção do voluntariado;
- g) Promoção do desenvolvimento econômico e social e do combate à pobreza;
- h) Experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- i) Promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
- j) Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- k) Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimento técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas.

No caso de dissolução de uma OSCIP, a totalidade de seu patrimônio deve ser repassada a outra entidade com o mesmo objetivo social (definida no Estatuto) ou para o governo, que designará seu destino (TACHIZAWA, 2010).

A gestão de programas sociais e de organizações do Terceiro Setor possui particularidades diferentes da gestão de empresas que buscam o lucro. Por isso, características diferentes são exigidas dos gestores, como: promover a troca de experiências e informações entre os membros da organização (internamente), e entre esses e os beneficiados; ter visão multidisciplinar; aceitar e saber lidar com as diferenças; compreender que todo problema social

tem uma origem histórica; ter sua vida guiada por princípios de cidadania e humanismo; e saber lidar com a relação entre Organização Não-Governamental e Governo (TACHIZAWA, 2010).

Por falta de referencial teórico e técnico, boa parte das organizações do Terceiro Setor se utiliza de ferramentas gerenciais tradicionais, criadas para aplicação em empresas de mercado. Isso, segundo França Filho (2007), pode descaracterizar as ações, fazendo com que o sentido seja perdido, já que as ONGs e organizações similares devem se utilizar de métodos de Gestão Social ao invés de Gestão Tradicional privada. Isso não significa que seja necessário desconsiderar todos os anos de estudo empregados no desenvolvimento das teorias administrativas de orientação mercadológica, mas sim que essas teorias devem ser discutidas e adaptadas para que seja construído um arcabouço teórico específico para as organizações de cunho social.

A promoção do bem estar social, que é o objetivo final da Gestão Social, está intimamente relacionada com a Gestão Ambiental e com o Desenvolvimento Sustentável, temas que serão tratados a seguir.

2.2 GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Dias (2009) afirma ser a sustentabilidade organizacional composta por três aspectos: o econômico, o social e o ambiental. Pelo aspecto econômico, as organizações devem obter retorno financeiro suficiente para manter e expandir suas atividades e para remunerar os acionistas; pelo social, deve proporcionar boas condições de trabalho para os funcionários, facilitar a inclusão de deficientes e minorias e manter intercâmbio com a comunidade local; e, pelo ambiental, ser eco-eficiente, praticar a produção mais limpa e preservar o meio ambiente em que se localiza e aqueles do qual se utiliza para produção de suas matérias-primas. Somente quando os três aspectos estão em equilíbrio existe a sustentabilidade organizacional.

Nessa Sessão será discutido o histórico do Desenvolvimento Sustentável e caracterizada a Gestão Ambiental.

2.2.1 Histórico do Desenvolvimento Sustentável

Apesar de a questão ambiental ter ganhado relevância apenas recentemente, o tema já vem sendo debatido há muito mais tempo, embora sem tanta repercussão. Dias (2009) destaca o ano de 1968 como crucial nas discussões acerca da preservação ambiental, graças à formação do *Clube de Roma*, no mês de abril, ao agendamento pela ONU da *Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano* (que foi realizada em 1972, em Estocolmo, Suécia) e à *Conferência sobre Conservação e o Uso Racional dos Recursos da Biosfera*, realizada pela UNESCO em Paris, no mês de setembro.

Em 1972, o grupo de cientistas chamados de *Clube de Roma* publicou um relatório com o título de *Limits to Growth* (Limites ao Crescimento). Nele, através da utilização de modelos matemáticos, alertavam para os riscos do crescimento econômico crescente. Grande parte das suas projeções não se cumpriu, devido à evolução tecnológica, mas mesmo assim o trabalho teve como mérito alertar que a exploração dos recursos naturais sem controle poderia levar a algum tipo de colapso (VALLE, 1995; PALMISANO e PEREIRA, 2009).

Para Valle (1995), a década de 1960 pode ser considerada a década da *Conscientização*, graças ao trabalho do Clube de Roma e aos primeiros ambientalistas, que lutavam contra a contaminação de rios como o Tamisa, e já possuíam a consciência de que os resíduos químicos não tratados despejados inadequadamente poderiam penetrar na nossa cadeia alimentar, prejudicando os homens e o meio ambiente como um todo. Já a década de 1970 o autor denomina década da regulamentação e controle ambiental, visto que foi quando as nações desenvolvidas começaram a criar seus órgão de regulamentação ambiental e promulgar leis de controle de poluição – foi em 1978 que surgiu o primeiro selo de certificação ambiental. A década de 1980, por sua vez, foi responsável por disseminar a cultura da preservação ambiental, e foi quando começaram a surgir empresas especializadas na elaboração de estudos de impacto ambiental.

Um dos principais marcos no campo do Desenvolvimento Sustentável foi a reunião da *Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (CMMAD ou WCED – *World Commission on Environment and Development*), realizada em 1982 (GIESTA, 2009). Foi no relatório dessa reunião, conhecido por *Brundtland* graças ao nome de sua coordenadora, e com o título oficial de *Nosso Futuro Comum* (VALLE, 1995) que surgiu o mais famoso conceito de

Desenvolvimento Sustentável, ainda muito usado: Desenvolvimento Sustentável é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem suas próprias necessidades” (WCED, 1987, apud GUESTA, 2009, p. 25).

Outro evento bastante emblemático foi a *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (popularmente chamada de Rio92 ou Cúpula da Terra), realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992, com participação de 178 países (GUESTA, 2009; VALLE, 1995; BARBIERI, 2007). Nela foi elaborado um documento chamado Agenda 21, que traça um plano que deveria ser seguido para atingir os objetivos de Desenvolvimento Sustentável gerados na Conferência.

No Brasil, de acordo com Berté (2009), a preocupação com o meio-ambiente remonta de 1965, quando o presidente militar Humberto de Alencar Castelo Branco promulgou a Lei Federal nº 4771/1965, conhecida como Código Florestal Brasileiro, com o objetivo de preservar as florestas tropicais brasileiras contra a exploração insustentável. Outra regulação emblemática no setor foi a Lei 6938/1981 (Lei de Política Nacional do Meio Ambiente), promulgada durante o governo João Figueiredo, que determinava que por ser um patrimônio público o meio ambiente deveria ser protegido e assegurado, preservando a qualidade ambiental.

Dias (2009) cita como uma importante ferramenta para incentivar a adoção de alternativas sustentáveis aos diversos projetos da sociedade civil o Protocolo Verde, que é um documento firmado entre o Governo Federal e os bancos oficiais que condiciona a concessão de crédito oficial com tarifas diferenciadas e benefícios fiscais à análise dos aspectos ambientais dos projetos.

2.2.2 A Gestão Ambiental

A Gestão Ambiental é definida por Maimon (1996, apud GUESTA, 2009, p. 30) como um “conjunto de procedimentos para gerir ou administrar uma organização, de forma a obter o melhor relacionamento com o meio ambiente”.

Para Egri e Pinfield (1998, apud GUESTA, 2009), o ambientalismo seria uma crítica ao *paradigma social dominante*, correspondente a visão tradicional da sociedade de desenvolvimento baseado em aumento da industrialização. Este ambientalismo estaria dividido

em *ambientalismo radical*, que defende uma mudança profunda, baseada inclusive em abandono de tecnologias modernas, e *ambientalismo renovado*, que estaria muito mais ligado à adaptação do que à substituição das tecnologias.

Dois conceitos importantes no campo da Gestão Ambiental são o de Produção Limpa (PL) e Produção Mais Limpa (P+L). O primeiro e mais extremo dos conceitos prega a necessidades do uso eficiente de materiais e energia, substituindo matérias-primas e até mesmo questionando a real necessidade de fabricar cada produto, sendo incompatível com o sistema de produção capitalista atual. O segundo, mais ameno, prega a redução de desperdício e reaproveitamento de resíduos, para prevenir a poluição sem ir contra a produção (NASCIMENTO, LEMOS E MELO, 2008, apud GUESTA, 2009).

Barbieri (2004, apud GUESTA, 2009) divide as políticas ambientais em três categorias ou estágios: o *Controle da Poluição*, em que são aplicadas tecnologias *end-of-pipe*, ou seja, que capturam e tratam os dejetos poluentes no final da cadeia produtiva, sem mudar o processo de produção ou agregar valor ao produto; *Prevenção da Poluição*, onde além das tecnologias *end-of-pipe* se tenta eliminar a geração de resíduos durante o processo e reaproveitá-los quando possível; e, por fim, a mais completa de todas, que seria a *abordagem estratégica*, onde se realizam pesquisas visando criar produtos mais ecológicos e se investe na busca de oportunidades presentes e futuras de reorganizar os processos como um todo, visando à produção mais sócio-ambientalmente sustentável possível.

Os sistemas de controle e prevenção da poluição, segundo Dias (2009), além de mais eficientes para a preservação ambiental, também são mais benéficos financeiramente, principalmente por: diminuir gastos com matéria-prima, disposição e tratamento de resíduos e instalações; minimizar custos futuros decorrentes de processos por contaminação (muitas vezes acidental); e menores riscos à saúde dos funcionários.

Segundo Tachizawa e Andrade (2008), algumas das principais premissas para a necessidade de uma adoção generalizada de Sistemas de Gestão Ambiental são: não existe conflito entre a busca de lucro e a adoção de medidas socioambientais; o foco mundial crescente nas questões de cunho ambiental; e o aumento de valor das empresas perante o público consumidor através da adoção de práticas sustentáveis (crescimento do chamado “consumidor verde”, que está disposto a pagar mais por um produto que gere menos impacto ambiental).

Para muitos, a adoção de práticas social e ambientalmente responsáveis não é compatível

com o objetivo final de qualquer empresa privada, que seria obter o maior lucro possível para seus acionistas. Acerca deste tema, Castro González (2005, apud GUESTA, 2009, p.19) afirma que “se em uma empresa tu és um grande defensor do meio ambiente, seguramente não irás prosperar ou subir de categoria”. O mesmo autor afirma que as empresas que adotam estratégias preservacionistas o fazem apenas para melhorar sua imagem perante o público consumidor, principalmente através da obtenção de selos, como o ISO 14000. Apesar disto, o autor coloca que qualquer que seja a razão por detrás das ações, existe um grande avanço em relação a alguns anos atrás. Callenbach et al. (1993, apud GUESTA, 2009) fala da “lavagem verde”, que seria um tipo de responsabilidade ambiental superficial, onde a empresa gasta mais dinheiro divulgando sua imagem de “verde” do que realmente investindo em melhoria nos processos de produção e nas condições de trabalho. Sobre “lavagem verde”, Barontini e Calado (2009, p. 188) dizem:

Assim, questiona-se o significado de uma empresa de petróleo financiar a pintura de uma creche, caso não esteja investindo em energias renováveis (que representam o âmago de seu negócio), ou de um banco apoiar um torneio de basquete para deficientes físicos, enquanto mantém uma carteira de empréstimos e investimentos em setores que representam a velha e insustentável economia, amparada pela tragicômica ilusão das métricas do PIB.

Seriam fatores complicadores para a adoção da Gestão Ambiental generalizada (Berté, 2009): a dificuldade em relacionar as conseqüências ambientais com suas causas geradoras; a crença na infinitude dos recursos naturais; e a sensação de impotência que o homem tem perante a magnitude tanto da natureza quanto dos problemas ambientais.

Morin e Kern (1995, apud GUESTA, 2009) sustentam que o Desenvolvimento Sustentável é um conceito dialógico, visto que a definição comumente usada de desenvolvimento implica aumento da poluição (para haver aumento da produção), enquanto a preservação do meio ambiente requer a limitação da poluição.

A certificação ambiental, através de selos, é uma prática que vem crescendo, tanto no Brasil como em todo mundo. Segundo Tachizawa e Andrade (2008) e Palmisano e Pereira (2009), na esfera governamental, o programa *Blau Engel*, da Alemanha, foi o pioneiro e serviu de modelo aos diversos outros que foram surgindo ao redor do mundo, como o *Environmental Choice Program* (Canadá), o *EcoMark* (Japão), *Nordic Swan* (Noruega, Suécia, Finlândia e Islândia), *Environmental Choice* (Nova Zelândia), *Ecomark Program* (Índia), *NF Environment* (França), *Umweltzeichen* (Áustria), entre outros. No Brasil, esse papel é exercido principalmente

pela ABNT, órgão que no Brasil é responsável pela aplicação das normas *ISO 14.000* (criadas pela *International Organization for Standardization*), segundo os princípios estabelecidos na norma *ISO 14024*, de adequação à realidade local e a compatibilidade com os modelos internacionais. Dentro da série *ISO 14.000*, apenas as normas *14.001* (Sistema de Gestão Ambiental – Especificações e Diretrizes para Uso) e *14.040* (Análise do Ciclo de Vida – Princípios Gerais) são certificáveis (BERTÉ, 2009).

A Bolsa de Valores de São Paulo, seguindo o exemplo do *Dow Jones Sustainability Indexes* (DJSI) – do qual, segundo Giesta (2009), fazem parte sete empresas brasileiras, a constar: *Aracruz Celulose, Banco Bradesco, Banco Itaú, Cemig, Itaúsa, Petrobras e Usiminas* -, da Bolsa de Valores de Nova York, organizou o *Índice de Sustentabilidade Empresarial* (ISE), para guiar investidores com interesse em investir em empresas “verdes” (TACHIZAWA; ANDRADE, 2008).

Um exemplo a ser seguido quando se fala de empresas ecologicamente sustentáveis, segundo Tachizawa e Andrade (2008), é a Natura. Muito mais do que neutralizar suas emissões de carbono através de plantio de árvores, como muitas empresas fazem, ela adotou preceitos ambiental e socialmente responsáveis em toda sua operação, desde a extração de matéria-prima animal e vegetal em parceria com comunidades locais até o descarte do produto pelo consumidor - que é orientado a reaproveitar as embalagens e utilizar os refis, que possuem embalagens feitas com menos matéria prima -, passando pelo tipo de combustível utilizado no transporte dos produtos e melhorias na logística de distribuição.

Segundo Tachizawa e Andrade (2008), muitas empresas privadas têm formado parcerias com ONGs voltadas para a preservação ambiental. O Greenpeace, por exemplo, tem contratos de licenciamentos de produtos com o seu logo com diversas marcas, como as Lojas Renner (roupas com tingimento natural), TAM (uso de açúcar orgânico nas refeições), Gráfica Jandaia (cadernos de papel reciclado), entre outros. A Fundação SOS Mata Atlântica também tem várias parcerias firmadas, com empresas como Bradesco, Abril e EMBRATUR.

Shellenberg e Nordhaus (2004, apud GIESTA, 2009) consideram que o ambientalismo moderno não está tendo tanto resultado quanto almejado graças à falta de objetividade e foco dos movimentos. Uma maior coesão entre os diferentes grupos de ambientalistas, quanto à atuação e até mesmo conceitos é necessária para uma mudança mais consistente.

Para Berté (2009), a única maneira da Gestão Ambiental gerar resultados reais é através

de ações conjuntas da Sociedade Civil e do Estado, através principalmente de incentivos e regulamentações por este e de melhorias de processo por aqueles, mas também através de parcerias público-privadas.

2.3 GESTÃO AMBIENTAL NO TERCEIRO SETOR

Algumas organizações sem fins lucrativos têm serviços ambientais como suas atividades fins, como o Greenpeace, a Fundação Tamar, o World Wild Fund of Nature (WWF) - que é apontada por Dias (2009), como uma das pioneiras do gênero, tendo sido fundada em 1961 - e a World Conservation Union (BARBIERI, 2007). O autor divide os serviços ambientais em dois grupos: os correspondentes a ciclos naturais, como reciclagem do solo, produção de oxigênio pelas plantas, entre outros; e as atividades humanas que impedem que problemas ambientais surjam ou mitigam seus efeitos. Entre os serviços realizados ativamente pela sociedade, podemos destacar: o recolhimento dos lixos doméstico e industrial e seu posterior tratamento; análises laboratoriais para identificar contaminações; sistemas de gestão ambiental implantados em organizações; reaproveitamento de matérias primas através de reutilização e reciclagem; treinamentos em educação ambiental; entre outros.

As primeiras Organizações da Sociedade Civil com atuação voltada ao ambientalismo surgiram durante a Revolução Científica do século XVII, e eram formadas basicamente por cientistas (BARBIERI, 2007). As organizações ambientalistas, como hoje conhecemos, formadas por pessoas de vários seguimentos sociais diferentes, porém com objetivos comuns, surgiram apenas no final do século XIX.

Apesar das organizações sociais ambientais terem um impacto muito forte, a utilização de algum tipo de Gestão Ambiental especificamente em organizações do Terceiro Setor que não tem o ambientalismo como foco principal não foi ainda suficiente trabalhada, e não foi encontrada bibliografia a respeito do assunto. O que podemos dizer é que todo ente da sociedade tem responsabilidade pelos impactos que gera no meio-ambiente que o cerca, e organizações sociais, mais do que quaisquer outras, devem se utilizar dos meios disponíveis para neutralizar seus possíveis danos ambientais, organizando internamente seus processos de gestão.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, serão apresentados o Método Escolhido e a Justificativa para tal escolha, o instrumento de coleta de dados utilizado, como o instrumento foi aplicado e como os dados foram analisados.

3.1 MÉTODO ESCOLHIDO E JUSTIFICATIVA

Para Gil (2006, apud PRODANOV E FREITAS, 2009), o método de abordagem mais adequado para pesquisas em Ciências Sociais seria o Método Indutivo, que tem como origem o trabalho dos empiristas Bacon, Hobbes, Locke e Hume. Segundo este método, para confirmar uma suposta realidade geral é necessário analisar uma quantidade suficientemente representativa de casos particulares. (PRODANOV E FREITAS, 2009).

A escolha da população de estudo da presente pesquisa foi feita com base nessa abordagem, buscando assim resultados que possam ser generalizados. As 76 organizações participantes do *Projeto Princípios de Transparência e Prestação de Contas em Organizações da Sociedade Civil* estão localizadas em diversas cidades do Rio Grande do Sul, sendo bastante diversas em termos de tamanho e atividades fim, proporcionando uma boa amostra da maneira como as organizações do terceiro setor aplicam os princípios de Gestão Ambiental.

O Projeto *Desenvolvimento de Princípios de Transparência e Prestação de Contas em Organizações da Sociedade Civil* foi realizado pela ONG Parceiros Voluntários, juntamente com o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento/Fundo Multilateral de Investimentos – BID/FUMIN (Banco Internacional de Desenvolvimento), e tem como patrocinadores a Petrobras e o Governo Brasileiro. Ele teve como objetivo conscientizar as Organizações da Sociedade Civil participantes sobre a importância da transparência e capacitá-las na utilização de ferramentas administrativas e de prestação de contas, buscando a profissionalização da gestão.

O projeto teve início em 2008, e capacitou setenta e seis organizações sociais no estado do Rio Grande do Sul. Ao todo, houve um investimento de US\$ 800 mil, dividido em três etapas. Alguns dos resultados obtidos, segundo textos publicados no site do Projeto (<http://projeto transparencia.parceirosvoluntarios.org.br/default.aspx>) foram:

(...) das 76 organizações capacitadas, 85% buscaram novas parcerias, 79% desenvolveram novos projetos, 90% implementaram os itens de prestação de contas, 95% já disponibilizam a prestação de contas para seus stakeholders, 76% obtiveram aumento de receita e 87% passaram a utilizar ferramentas de gestão. Foram firmadas também 344 novas parcerias e a elaboração e aprovação de 150 novos projetos. Isso significou uma mobilização de recursos pelas organizações participantes na casa dos R\$ 17 milhões.

O presente trabalho visa identificar como as ONGs participantes do *Projeto Princípios de Transparência e Prestação de Contas em Organizações da Sociedade Civil* tratam o tema da Gestão Ambiental Estratégica, verificando se as ONGs estudadas realizam processos de Gestão Ambiental e quais são eles, as razões para a adoção ou para a não adoção da Gestão Ambiental, quais benefícios ou prejuízos a gestão ambiental pode gerar para as mesmas e se existem projetos ou interesse de incorporar a preservação ambiental nas suas atividades futuras. Com base nos dados coletados, foi analisado o estado atual do setor e propostas melhorias.

Roesch (1999) indica como um bom método de pesquisa para um estudo como o presente a Pesquisa Exploratória. A maneira ideal de realizar esse tipo de pesquisa, segundo a autora, seria através de questionário, com perguntas objetivas, avaliadas posteriormente por métodos estatísticos, com a possibilidade também de perguntas abertas, avaliadas com base em análises de conteúdo.

3.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Seguindo a indicação da bibliografia, o método de coleta de dados utilizado nesse trabalho foi o *survey* (questionário) – aplicados na totalidade da população, que corresponde às setenta e seis organizações participantes do *Projeto Desenvolvimento de Princípios de Transparência e Prestação de Contas em Organizações da Sociedade Civil* (apresentado no Apêndice A).

Oppenheim (1993, apud Roesch, 1999) e Prodanov e Freitas (2009) recomendam que, depois de formuladas, as questões de um questionário devem ser agrupadas em módulos, de

acordo com o assunto abordado, partindo das questões mais gerais, com o objetivo de influenciar o mínimo possível as respostas. Além disso, a solicitação dos dados pessoais deve vir acompanhada com uma explicação do porquê deles estarem sendo pedidos.

3.3 APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA

Os questionários foram aplicados em meio eletrônicos, com a utilização de ferramenta de coleta de dados disponibilizada gratuitamente pelo Google (Google Docs – Formulários) e enviados à amostra através de correio eletrônico (e-mail).

Prodanov e Freitas (2009) recomendam que antes da aplicação de uma ferramenta do tipo questionário seja feito um pré-teste do mesmo, para uma pequena amostra de entrevistados, com o objetivo de identificar e eliminar possíveis problemas. Foi realizada uma tentativa de pré-teste, porém não foram obtidas respostas.

Do total de organizações da mostra, o número total de respondentes foi vinte e sete.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Prodanov e Freitas (2009) indicam como método de procedimento o método estatístico, que segundo os autores

(...) reduz fenômenos políticos, sociais, culturais etc. a termos quantitativos e à manipulação estatística, possibilitando que sejam comprovadas relações entre si, obtendo, dessa maneira, generalizações. Significa, portanto, que a função do método está em fornecer uma explicação quantitativa da sociedade, entendida como um todo organizado.

Os resultados obtidos nos questionários foram analisados segundo este método de procedimento, através principalmente de análise de frequência, visando transformar os dados obtidos em uma descrição aproximada da realidade ambiental do setor estudado.

A técnica de análise utilizada nos dados obtidos é composta de uma análise estatística simples (realizada com ajuda de ferramenta de pesquisa disponibilizada pelo *Google*) e interpretação à luz da teoria trabalhada previamente.

Os resultados da pesquisa serão apresentados às organizações participantes através de relatório resumido enviado por e-mail. Caso haja interesse por parte das organizações, será também fornecida a versão completa do trabalho.

No próximo capítulo serão apresentados e discutidos os resultados da pesquisa.

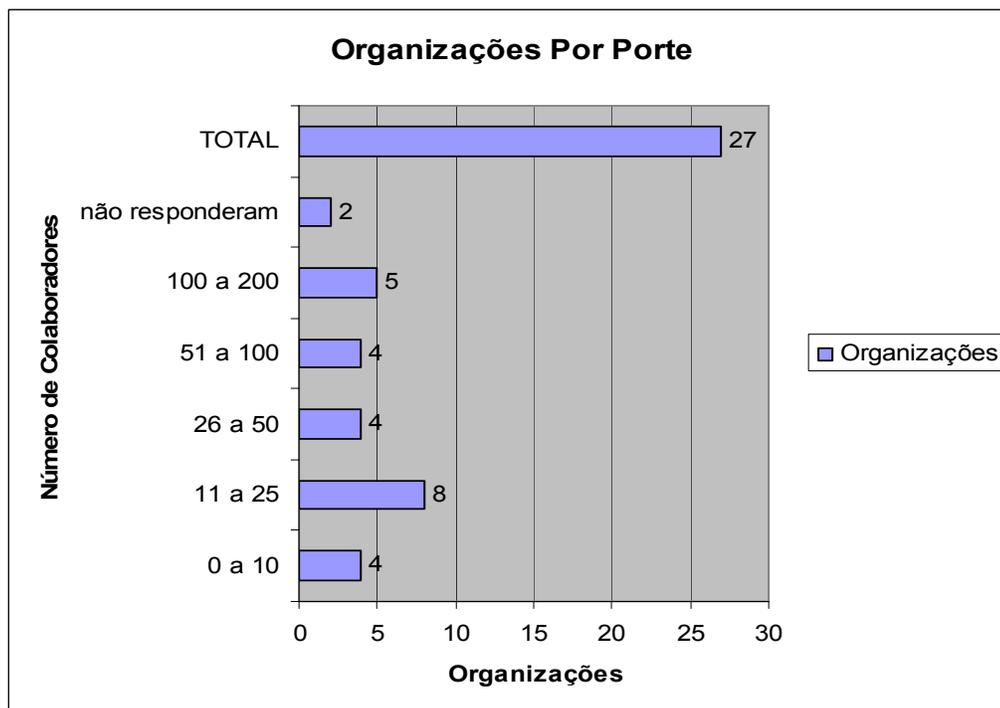
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão analisadas as respostas obtidas pela pesquisa, com base nos conceitos apresentados no referencial teórico.

4.1 APRESENTAÇÃO

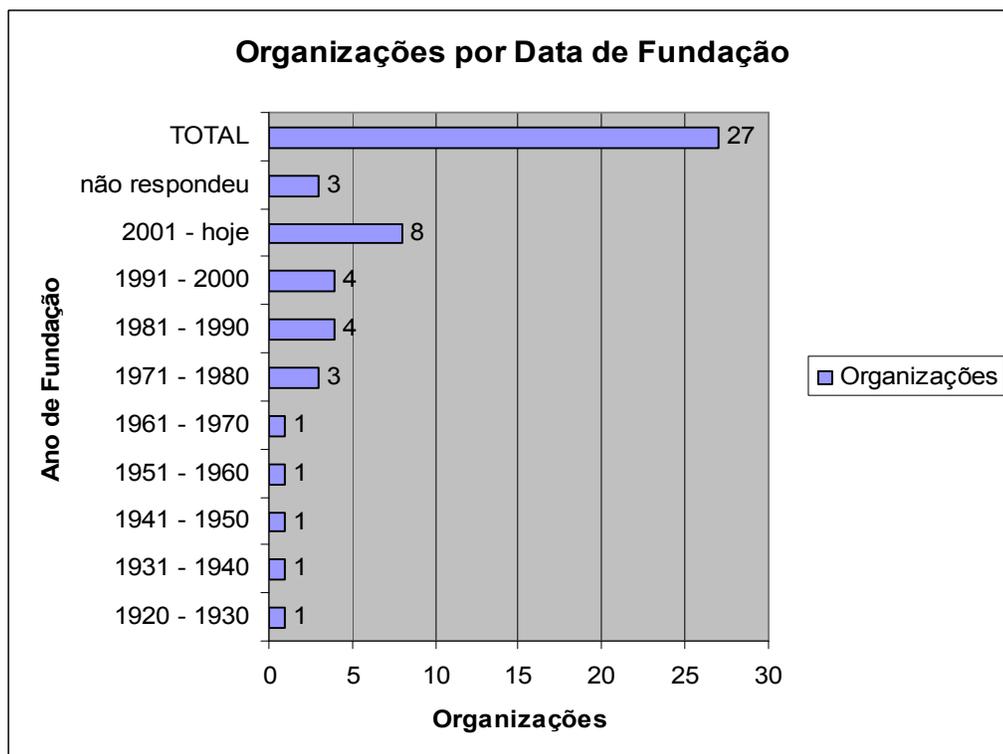
Da totalidade de questionários enviados (setenta e seis), retornaram vinte e sete respostas. Os respondentes formam uma mostra bastante heterogênea, composta por organizações de diversos portes (entre seis e cento e cinquenta colaboradores – conforme gráfico 1 abaixo), atuando nas mais diversas áreas - como educação de deficientes físicos, atendimento a pessoas com transtornos psicológicos, cuidado com idosos em situação de carência, defesa de direitos sociais, entre outros - , com diversas datas de fundação (conforme gráfico 2 abaixo) e com sede em diversas cidades do estado do Rio Grande do Sul (conforme tabela 1).

Gráfico 1 – Organizações por Porte



Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 2 – Organizações por data de fundação



Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 1 – Organizações por cidade

Organizações por Cidade	
Cidade	Organizações
Caxias do Sul	1
Charqueadas	1
Erechim	1
Novo Hamburgo	1
Porto Alegre	15
Rio Pardo	1
Santa Maria	3
Santa Rosa	1
Santo Antônio da Patrulha	1
Uruguaiana	1
Venâncio Aires	1
TOTAL	27

Fonte: elaborado pelo autor

A seguir serão apresentadas as respostas da mostra às perguntas feitas e a análise destas com base na bibliografia apresentada no referencial teórico.

4.2 PRÁTICAS DE GESTÃO AMBIENTAL IDENTIFICADAS NAS ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES

Das organizações pesquisadas, apenas três declararam não realizar nenhum tipo de atividade ambiental, sendo que as atividades mais realizadas são reciclagem, uso de produtos reciclados e atividades educativas de caráter ambiental, como pode-se ver no gráfico 3, abaixo. Além das opções disponíveis no questionário, uma organização declarou realizar compostagem de material orgânico e outra o descarte consciente de equipamentos.

Gráfico 3 – Atividades ambientais realizadas pelas organizações



Fonte: elaborado pelo autor

Conforme características apresentadas por Barbieri (2004, apud GUESTA, 2009) e Dias (2009), podemos dividir as atividades realizadas pelas organizações como end-of-pipe (compostagem, descarte consciente de equipamentos e reciclagem) e de prevenção de poluição (uso de produtos reciclados e prevenção de impactos ambientais). As atividades educativas de caráter ambiental são normalmente voltadas ao público externo às organizações, e por isso podem não ter impacto significativo na maneira como os processos são executados internamente e seus impactos ambientais. Caso essas atividades tenham como público também os funcionários e voluntários, elas podem fazer parte do terceiro tipo de política ambiental - a abordagem estratégica -, pois levariam os colaboradores a repensarem a maneira como organizam seu trabalho em busca de maior eco-eficiência.

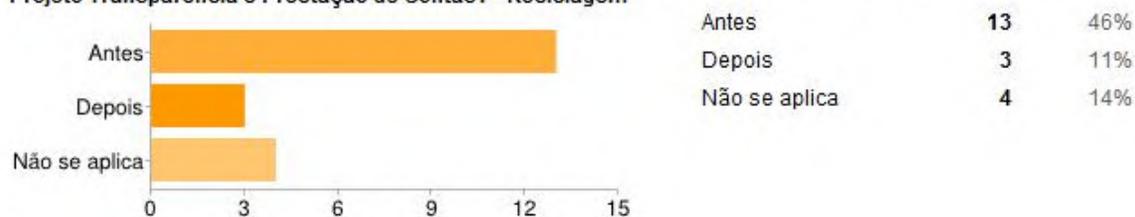
Parte do alto número de organizações que realizam atividades educativas ambientais se deve a boa parte delas terem como atividade fim o ensino, seja através de educação de deficientes, inclusão de pessoas de baixa renda ou atividades educativas extra-curriculares para crianças e adolescentes em situação de risco.

Como podemos verificar nos Gráficos 4, 5, 6, 7 e 8, a maior parte dessas atividades já era realizada antes da participação do *Projeto Desenvolvimento de Princípios de Transparência e Prestação de Contas em Organizações da Sociedade Civil*. O projeto foi de grande importância para a profissionalização das organizações participantes e, embora o aspecto ambiental não tenha sido trabalhado e de acordo com os dados obtidos nessa pesquisa não tenha influenciado muito nas ações realizadas nesse sentido, as melhorias em eficiência e eficácia dos processos abriram caminho para que possam investir em atividades além das que eram realizadas anteriormente,

principalmente a Gestão Ambiental.

Gráfico 4 – Realização de Reciclagem

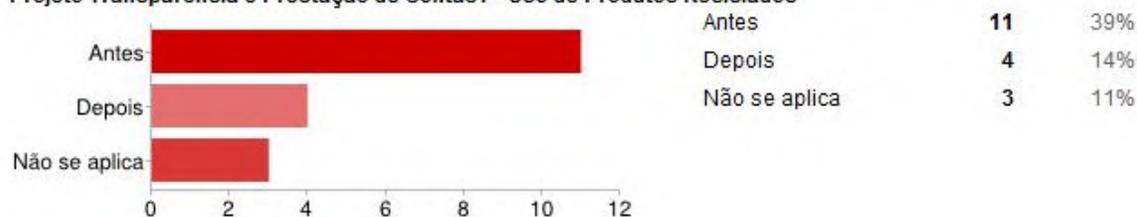
Sua organização realiza alguma atividade de caráter ambiental, ela teve início antes ou depois do ingresso no Projeto Transparência e Prestação de Contas? - Reciclagem



Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 5 – Uso de Produtos Reciclad

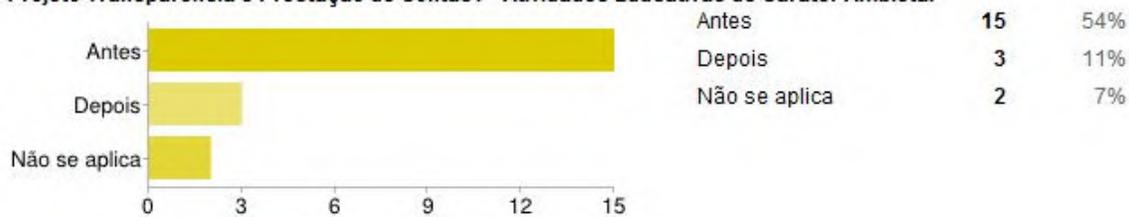
Sua organização realiza alguma atividade de caráter ambiental, ela teve início antes ou depois do ingresso no Projeto Transparência e Prestação de Contas? - Uso de Produtos Reciclad



Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 6 – Realização de Atividades Educativas de Caráter Ambiental

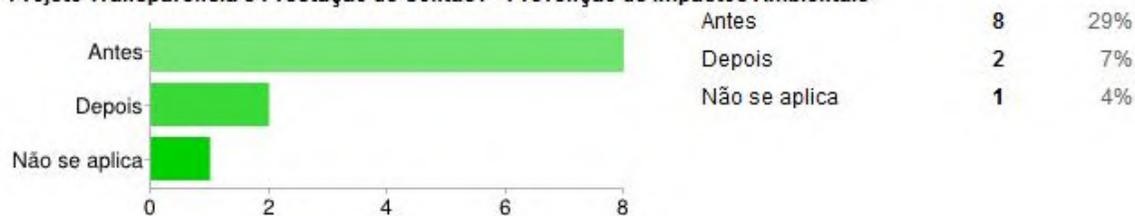
Sua organização realiza alguma atividade de caráter ambiental, ela teve início antes ou depois do ingresso no Projeto Transparência e Prestação de Contas? - Atividades Educativas de Caráter Ambiental



Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 7 – Prevenção de Impactos Ambientais

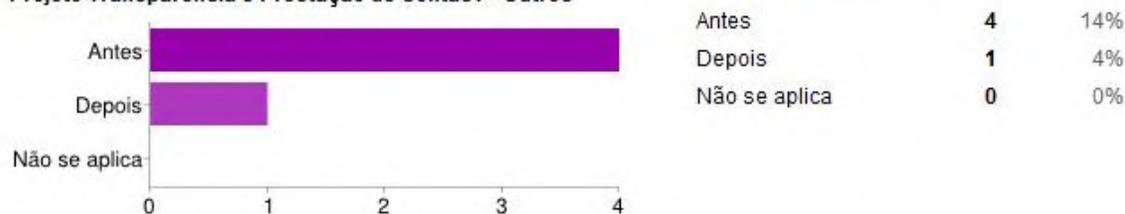
Sua organização realiza alguma atividade de caráter ambiental, ela teve início antes ou depois do ingresso no Projeto Transparência e Prestação de Contas? - Prevenção de Impactos Ambientais



Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 8 – Outras Atividades Ambientais

Sua organização realiza alguma atividade de caráter ambiental, ela teve início antes ou depois do ingresso no Projeto Transparência e Prestação de Contas? - Outros



Fonte: elaborado pelo autor

A seguir, será mostrada a percepção da amostra acerca dos benefícios da aplicação da Gestão Ambiental.

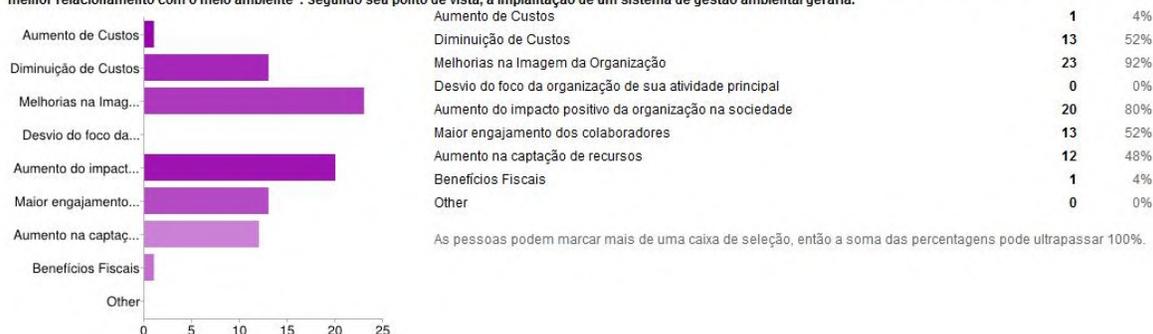
4.3 BENEFÍCIOS DA GESTÃO AMBIENTAL

Sobre a visão que as empresas possuem da gestão ambiental, podemos ver pelo gráfico 9 que apenas uma organização declarou que a adoção de um sistema de gestão ambiental geraria aumento nos custos, enquanto mais da metade acha, pelo contrário, que geraria redução.

Quase todas as organizações pesquisadas declararam que a gestão ambiental melhoraria a imagem da organização e o impacto positivo da mesma na sociedade.

Gráfico 9 – Visão da Gestão Ambiental

A Gestão Ambiental é definida por Maimon (1996, apud Giesta, 2009, p. 30) como um “conjunto de procedimentos para gerir ou administrar uma organização, de forma a obter o melhor relacionamento com o meio ambiente”. Segundo seu ponto de vista, a implantação de um sistema de gestão ambiental geraria:



Fonte: elaborado pelo autor

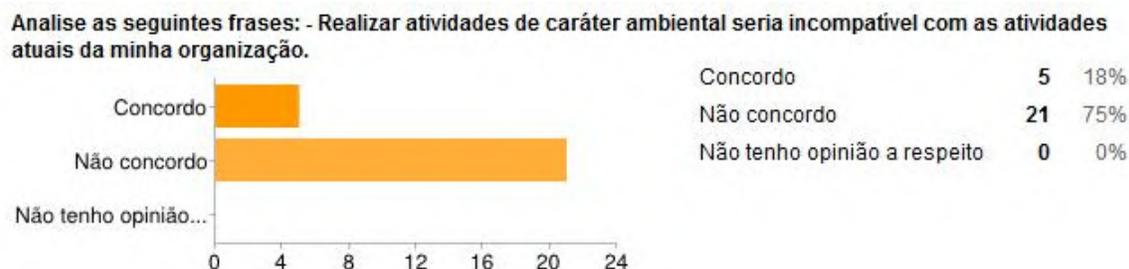
Os dados corroboram as premissas apresentadas por Tachizawa e Andrade (2008) da necessidade de adoção de Sistemas de Gestão Ambiental, que são a inexistência de conflito entre lucratividade e responsabilidade socioambiental (maioria acha que gera redução de custos e só um que gera aumento), foco mundial crescente nas questões ambiental (que pode ser percebido na pesquisa através de poucas opiniões negativas a respeito da gestão ambiental e consciência generalizada da importância da mesma) e aumento do valor da empresa perante o consumidor – esse último ponto, visto que os autores originalmente escreveram pensando em empresas de mercado e não no terceiro setor, foi traduzido para “aumento na captação de recursos” (nas organizações não-governamentais o dinheiro necessário para sua sustentabilidade financeira não provem dos “clientes”, e sim majoritariamente de doações) e “melhorias na imagem da organização”, aspecto que está diretamente ligado ao aumento da captação de recursos e de mão-de-obra, através do voluntariado.

O engajamento dos colaboradores também aumentaria segundo a opinião da amostra, o que é muito importante para as ONGs devido ao fato de boa parte da mão de obra provir de voluntários.

Castro González (2005, apud Giesta, 2009), quando fala que as práticas de gestão socioambiental não são compatíveis com a atividade fim das organizações privadas, está se referindo ao lucro. Mesmo que a atividade fim das organizações não-governamentais não seja o lucro, e sim projetos de cunho social (FRANÇA FILHO, 2007), é válido questionar se o mesmo se aplica. Das organizações pesquisadas, nenhuma concordou com a afirmação de que a implantação de um sistema de gestão ambiental geraria “desvio do foco da organização de sua

atividade principal”. Merece destaque o fato de, em questão posterior, conforme gráfico 10, cinco terem afirmado que atividades ambientais são incompatíveis com as atividades atuais da organização. Embora o número seja pequeno, isso demonstra que alguns dos respondentes ainda não têm plena certeza da aplicabilidade da Gestão Ambiental em suas organizações.

Gráfico 10 – Análise de Frases: Compatibilidade



Fonte: elaborado pelo autor

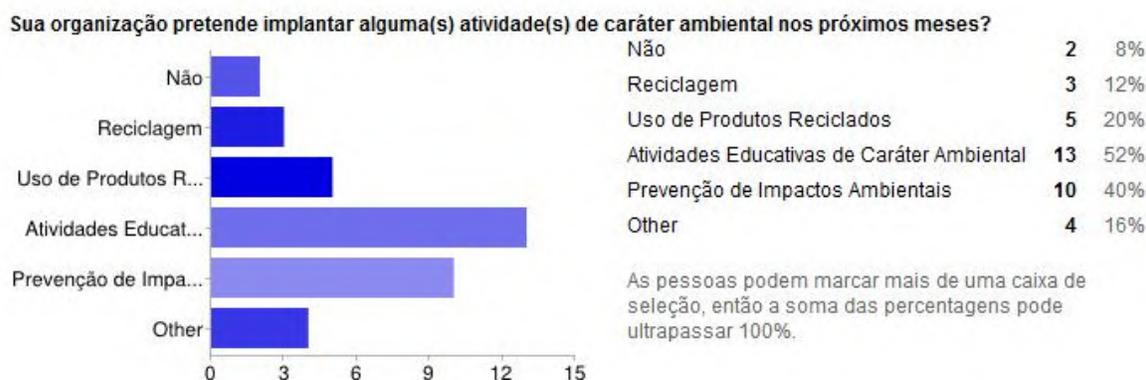
Apenas uma organização declarou que a adoção de um sistema de gestão ambiental geraria benefícios fiscais. Embora as organizações sejam no geral caracterizadas como associações, e por isso tenham algumas isenções fiscais e benefícios, ainda assim elas poderiam ser beneficiadas caso necessitem de crédito, através do Protocolo Verde, conforme Dias (2009). A falta de respostas nesse sentido pode ser caracterizada por falta de conhecimento dos termos do Protocolo Verde ou por as organizações sociais no geral se financiarem por doações e não terem o costume de solicitarem crédito a bancos oficiais.

4.4 OPORTUNIDADES

Conforme a afirmação de Dias (2009), de que um desenvolvimento sustentável deve levar em conta não só o aspecto econômico, como também o social e o ambiental, os respondentes parecem estar conscientes de que a preservação ambiental não é algo que possa ser deixado de lado quando planejam as atividades a serem desempenhadas pelas organizações. Embora pouco esteja sendo feito atualmente, a amostra demonstra consciência de que uma mudança é necessária e trará resultados positivos, e não desvio de foco ou custos extras. Existem muitas oportunidades a serem exploradas e aparente interesse em fazê-lo.

De acordo com os dados apresentados no Gráfico 11, está nos planos de curto prazo das organizações pesquisadas implantar novas atividades ambientais, com destaque para a realização de atividades educativas para seus beneficiários, sendo que apenas duas declararam não existir projetos neste sentido. Entre as organizações que marcaram a opção “other”, uma declarou que irá ampliar as atividades já existentes, outra que fará uma cisterna para captação de água da chuva, outra escreveu apenas “projetos” e a última irá realizar projeto para utilização de energia solar, além de sistema de cisterna.

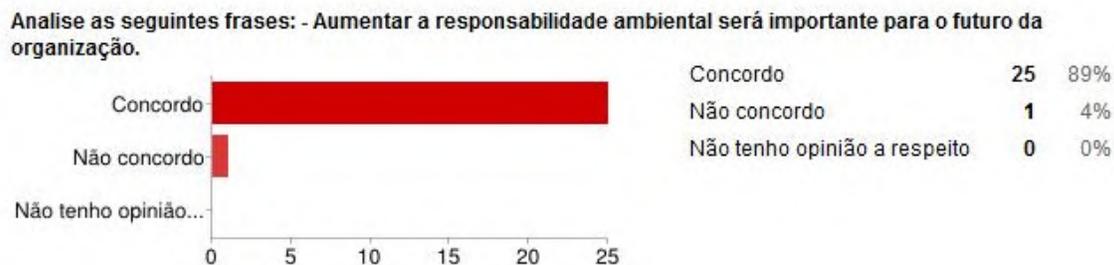
Gráfico 11 – Previsão Futura



Fonte: elaborado pelo autor

De acordo com os dados apresentados no gráfico 12, apenas o representante de uma organização declarou não ser a gestão ambiental um aspecto importante para o futuro da mesma. Pode-se notar, assim, que a mostra está sensibilizada para a importância do tema.

Gráfico 12 – Análise de Frases: Futuro



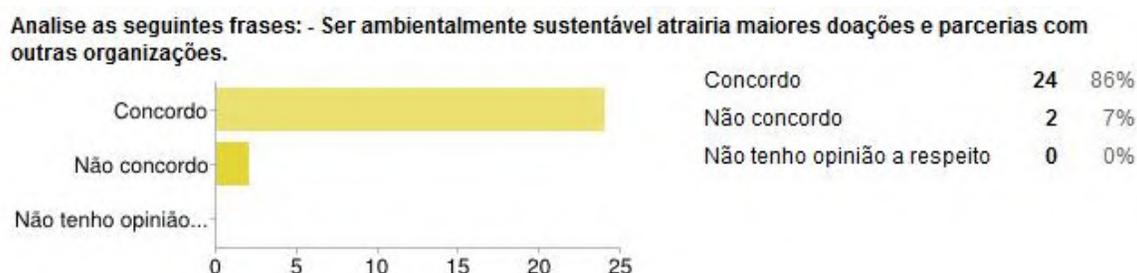
Fonte: elaborado pelo autor

A maior parte dos respondentes concorda, também, que uma maior dedicação à gestão ambiental por parte de suas organizações atrairia investimentos externos e parcerias (conforme gráfico 13), o que está ligado diretamente à melhoria de imagem gerada (conforme gráficos 9 e 14).

Da mesma maneira que empresas como as Lojas Renner e a TAM (TACHIZAWA e ANDRADE, 2008) realizam parcerias com o Greenpeace e outras ONGs ambientais para licenciamento de produtos, as organizações do Terceiro Setor que não tem o ambientalismo como atividade fim podem firmar parcerias para instituir programas de caráter ambiental, seja através de ações conjuntas para conscientização da comunidade ou com treinamentos para os colaboradores de como gerir os negócio internamente da maneira mais ambientalmente sustentável possível.

Embora a lavagem verde, conforme definida por Callenbach et al. (1993, apud GIESTA, 2009) e Barontini e Calado (2009) seja um obstáculo à transparência da responsabilidade ambiental, divulgar as ações realizadas para preservação ambiental é importante, tanto para conseguir maiores doações, voluntários e parcerias quanto para incentivar outras ONGs a realizarem ações similares.

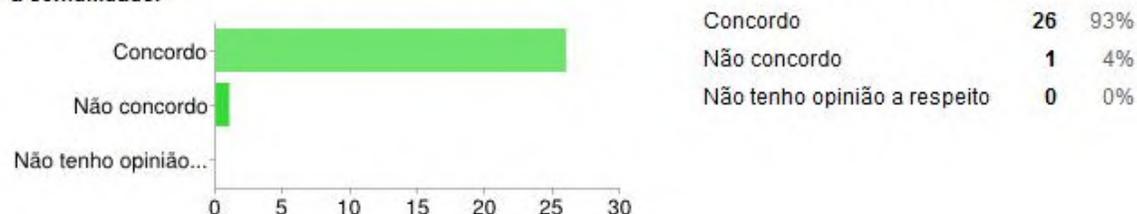
Gráfico 13 – Análise de Frases: Doações e Parcerias



Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 14 – Análise de Frases: Imagem

Analise as seguintes frases: - Ser ambientalmente sustentável melhoraria a imagem da organização perante a comunidade.

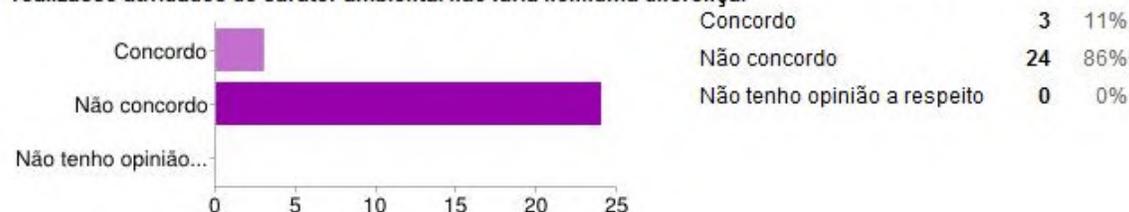


Fonte: elaborado pelo autor

Um dos fatores complicadores para a adoção generalizada da Gestão Ambiental que Berté (2009) cita é a sensação de impotência que sentimos em relação ao tamanho dos problemas ambientais. Segundo os dados coletados (apresentados no gráfico 15), apenas três declararam que as atividades ambientais de sua organização não fariam diferença frente ao problema da degradação ambiental, o que vai contra a afirmação anterior.

Gráfico 15 – Análise de Frases: Influência de Ações Individuais

Analise as seguintes frases: - A degradação ambiental atual é tão grande que se a minha organização realizasse atividades de caráter ambiental não faria nenhuma diferença.



Fonte: elaborado pelo autor

Um dado importante coletado foi o apresentado no gráfico 16: a grande maioria dos respondentes declarou ser seu conhecimento acerca do tema gestão ambiental básico ou intermediário. Apenas dois acham seu conhecimento insuficiente, o que demonstra toda exposição que a mídia tem dado ao assunto está gerando resultados. Mas os dados também apontam um problema: apenas um declarou ter conhecimento avançado no tema. Como muitas organizações realizam ou pretendem realizar atividades educativas de caráter ambiental, pode-se questionar a efetividade das mesmas. Mesmo que provavelmente as pessoas encarregadas dessas atividades não sejam as que responderam o questionário, a gestão ambiental estratégica é algo

que deve transcender uma única área das organizações, fazendo parte de todos os processos. Para a sustentabilidade ambiental ser um princípio de todos os setores, todos os colaboradores devem ter o conhecimento necessário para aplicá-lo.

Gráfico 16 – Conhecimento



Fonte: elaborado pelo autor

Conforme o gráfico 17, a grande maioria dos respondentes está conscientizada para o fato de que existem fragilidade em seu conhecimento acerca do assunto e, corroborando as respostas obtidas acerca da importância do tema para o futuro das organizações estudadas, consideram que sanar essas fragilidades geraria benefícios ao seu trabalho. Apenas uma pessoa afirmou que não geraria nenhum tipo de benefício.

Gráfico 17 – Benefícios do Conhecimento



Fonte: elaborado pelo autor

A Gestão Ambiental Estratégica visa incluir em todas as atividades das organizações preceitos de Produção mais Limpa (P+L), conforme definida por Nascimento, Lemos e Melo (2008, apud Giesta, 2009). O fato das organizações de terceiro setor comumente não serem

produtoras, e sim prestadoras de serviço, não impede que os recursos sejam reaproveitados e não desperdiçados. Além disso, por normalmente trabalharem diretamente com populações que nem sempre têm acesso a altos níveis de educação, podem repassar o conhecimento que tiverem a respeito do tema, através de atividades educativas, e assim criar maior consciência ambiental na população para que pratiquem ações sustentáveis dentro de suas próprias casas também, multiplicando o impacto positivo.

Através dos dados coletados podemos concluir que, embora poucas atividades de preservação ambiental estejam sendo executadas pelas organizações estudadas e se concentrem principalmente em ações end-of-pipe, existe consciência de que o Terceiro Setor tem responsabilidade pelo impacto que gera no meio ambiente e interesse em incluir a Gestão Ambiental na estratégia organizacional. A maior dificuldade enfrentada é o conhecimento apenas superficial do assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As organizações do Terceiro Setor fazem parte da sociedade como qualquer outra entidade, e por isso têm responsabilidades quanto aos impactos negativos que causarem ao meio ambiente através de seus processos. Por terem como atividade fim a melhoria do bem-estar social, a preservação ambiental tem ainda mais importância que em outros setores, visto que não existe bem-estar social sem o bem-estar da natureza.

Através do trabalho, foi mostrado como uma mostra heterogênea de organizações do Terceiro Setor do Estado do Rio Grande do Sul trabalha o tema Gestão Ambiental, pesquisando as atividades ambientais que são realizadas pelas mesmas, quais benefícios ou prejuízos os respondentes acham que a adoção da Gestão Ambiental Estratégica gera e se existe interesse e oportunidade para inclusão de novos processos ambientalmente sustentáveis e/ou ampliação dos existentes.

Tomando como base os dados obtidos na presente pesquisa, podemos concluir que, embora pouco ainda esteja sendo feito pelas organizações pesquisadas para minimizar seus impactos ambientais, existe bastante interesse pelo tema e disposição para aumento do número de atividades sustentáveis ambientalmente. O baixo conhecimento dos respondentes é uma fraqueza que precisa ser sanada para que a preservação ambiental faça parte da estratégia das organizações ao invés de ser tratada apenas em projetos individuais.

A Gestão Ambiental, embora esteja recebendo crescente atenção por parte tanto da mídia quanto do meio acadêmico, ainda é um tema que precisa ser melhor desenvolvido. A maioria da bibliografia tem caráter superficial e pouco foi estudado acerca de áreas específicas, como a Gestão Ambiental Estratégica para organizações do Terceiro Setor. Além disso, o Terceiro setor em si ainda não é suficientemente estudado; as teorias organizacionais majoritariamente tratam apenas da gestão tradicional e, quando tratam da gestão social, enfocam a que é praticada como complemento à anterior por empresas de mercado.

O presente trabalho teve como objetivo, através do estudo de uma pequena amostra, destacar a necessidade de que as pesquisas sobre gestão ambiental abordem também maneiras de implantá-la efetivamente em organizações de finalidade social. A maior fraqueza do setor, embora grandes progressos tenham sido feitos na mostra estudada graças à participação no

Projeto *Desenvolvimento de Princípios de Transparência e Prestação de Contas em Organizações da Sociedade Civil*, é a falta de capacitação dos gestores. Através da elaboração de uma bibliografia acerca do tema e oferecimento de cursos aos envolvidos na gestão das ONGs, grandes avanços seriam alcançados.

Um número maior e mais preciso de informações poderia ter sido obtido se tivesse sido realizado o pré-teste, mas não houve possibilidade devido a nenhuma resposta ter sido obtida. A falta de bibliografia especializada também foi uma grande dificuldade para a realização do trabalho.

Por a amostra ser pequena e um pouco diferenciada (por ter participado já de um processo de capacitação intensivo) é necessário que estudos sejam feitos para detectar a situação do restante das Organizações não Governamentais, em uma amostra mais representativa da realidade do setor. Outra sugestão para trabalhos seria o acompanhamento acadêmico da implantação de um sistema de gestão ambiental em alguma organização do Terceiro Setor, para mostrar os benefícios reais que ela pode trazer.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial: Conceitos, Modelos e Instrumentos**. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2007.

BARONTINI, Giovanni, CALADO, Luiz Roberto. “Madre Tereza de Calcutá Usava Batom? Uma Visão da Sustentabilidade Integral”. In: **Consciência e desenvolvimento Sustentável nas Organizações: Reflexões sobre um dos maiores desafios da nossa época**. GUEVARA, Arnaldo José de Hoyos, ROSINI, Alessandro Marco, SILVA, José Ultemar da, RODRIGUES, Mônica Cairão (org). Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

BERTÉ, Rodrigo. **Gestão Socioambiental no Brasil**. Edição Especial. Curitiba: Ibpex, 2009.

CARRION, Rosinha, COSTA, Pedro de Almeida, SANTOS, Claire Gomes do, LORENZETTI, Julia. **II Relatório Parcial de Avaliação Externa: Projeto Educando para a Transparência**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Definindo Gestão Social**. Texto apresentado no I Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (I ENAPEGS). Juazeiro do Norte, Ceará, 23 e 25 de maio de 2007.

GIESTA, Lílian Caporlândia. **Educação Ambiental e Sistema de Gestão Ambiental em Empresas**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientadora: profa. Dra. Tânia Nunes da Silva. Porto Alegre, 2009.

PALMISANO, Ângela, PEREIRA, Raquel da Silva. “Sociedade e Meio Ambiente: História, Problemas, Desafios e Possibilidades”. In: **Consciência e desenvolvimento Sustentável nas Organizações: Reflexões sobre um dos maiores desafios da nossa época**. GUEVARA, Arnaldo José de Hoyos, ROSINI, Alessandro Marco, SILVA, José Ultemar da, RODRIGUES, Mônica Cairão (org). Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

PRODANOV, Cleber Cristiano, FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração: Guia para Estágios, Trabalhos de Conclusão, Dissertações e Estudos de Caso**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

SILVA, Francielle Molon Da. **Terceiro Setor e o Desafio da Sustentabilidade**. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Administração Da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientadora: prof. Dr. Rosinha Machado Carrion. Porto Alegre, 2008.

TACHIZAWA, Takeshy, ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. **Gestão Socioambiental: Estratégias na Nova Era de Sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2008.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e Terceiro Setor: criação de ONGS e estratégias de atuação**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

VALLE, Cyro Eyer. **Qualidade Ambiental: O Desafio de ser Competitivo Protegendo o Meio Ambiente**. São Paulo: Pioneira, 1995.

<http://projetotransparencia.parceirosvoluntarios.org.br/default.aspx>

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Parágrafo inicial

O presente questionário tem o objetivo de levantar informações para a pesquisa “Gestão Ambiental em Organizações do Terceiro Setor do Rio Grande do Sul” que está sendo desenvolvida a título de Trabalho de Conclusão do Curso de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Sua organização foi escolhida para a pesquisa, por ter integrado o Projeto “Transparência e Prestação de Contas”, organizado pela Parceiros Voluntários em que a UFRGS teve a responsabilidade de fazer a avaliação externa.

Os dados coletados no questionário serão utilizados única e exclusivamente para compor o referido Trabalho e o nome das organizações que responderem ao questionário não será publicado.

Questionário

Nome da Organização (não será divulgado no trabalho):

Nº de colaboradores:

Atividade Fim da Organização:

Data de Fundação:

Endereço:

Função do respondente dentro da Organização:

Dados para Contato (não serão divulgados no trabalho):

1 Sua organização realiza ações de caráter ambiental (ex: reciclagem, uso de produtos reciclados/recicláveis, atividades educativas de caráter ambiental, prevenção de impactos ambientais, entre outros)?

Não

Reciclagem

Uso de Produtos Reciclados

Atividades Educativas de Caráter Ambiental

Prevenção de Impactos Ambientais

Outros. Qual _____

Outros. Qual _____

2 Se sua organização realiza alguma atividade de caráter ambiental, ela teve início antes ou depois do ingresso no Projeto Transparência e Prestação de Contas?

Atividades Antes Depois Não se aplica

Reciclagem

Uso de Produtos Reciclados

Atividades Educativas de Caráter Ambiental

Prevenção de Impactos Ambientais

Outros. Qual _____

Outros. Qual _____

3 A realização (ou não) dessas atividades têm impacto na qualidade/efetividade do serviço prestado pela sua organização?

Atividades Nenhum Impacto Pouco Impacto Muito impacto

Reciclagem

Uso de Produtos Reciclados

Atividades Educativas de Caráter Ambiental

Prevenção de Impactos Ambientais

Outros. Qual _____

Outros. Qual _____

4 *A Gestão Ambiental é definida por Maimon (1996, apud GUESTA, 2009, p. 30) como um “conjunto de procedimentos para gerir ou administrar uma organização, de forma a obter o melhor relacionamento com o meio ambiente”.*

Segundo seu ponto de vista, a implantação de um sistema de gestão ambiental geraria (marque quantas respostas julgar corretas):

Aumento de Custos

- Diminuição de Custos
- Melhorias na Imagem da Organização
- Desvio do foco da organização de sua atividade principal
- Aumento do impacto positivo da organização na sociedade
- Maior engajamento dos colaboradores
- Aumento na captação de recursos
- Benefícios Fiscais

5 Sua organização pretende implantar alguma(s) atividade(s) de caráter ambiental nos próximos meses?

- Não Sim. Quais? _____

6 Analise as seguintes frases:

Realizar atividades de caráter ambiental seria incompatível com as atividades atuais da minha organização. sim não não se aplica

Aumentar a responsabilidade ambiental será importante para o futuro da organização. Sim não não se aplica

Ser ambientalmente sustentável atrairia maiores doações e parcerias com outras organizações. Sim não não se aplica

Ser ambientalmente sustentável melhoraria a imagem da organização perante a comunidade.

A degradação ambiental atual é tão grande que se a minha organização realizasse atividades de caráter ambiental não faria nenhuma diferença. Sim Não

7 Como você qualificaria seu conhecimento acerca do tema Gestão Ambiental?

- Insuficiente
- Básico
- Intermediário
- Avançado

8 Você considera que um maior conhecimento no tema Gestão Ambiental geraria

benefícios no seu trabalho?

Não Sim Não sei

Se sim, quais?

9 Gostaria de deixar algum comentário final acerca da Gestão Ambiental na organização? _____
